



ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL
PREFEITURA MUNICIPAL DO RIO GRANDE
GABINETE DE COMPRAS, LICITAÇÕES E CONTRATOS.

Processo 20.242/2015

EDITAL CONCORRÊNCIA Nº006/2015

EDITAL

A **PREFEITURA MUNICIPAL DO RIO GRANDE**, torna público, a quem possa interessar que, em obediência, ao que preceitua a Lei Federal nº 8.666/93, em suas normas gerais e demais normas que regem a matéria, fará realizar Licitação na modalidade **CONCORRÊNCIA PÚBLICA** do tipo **MAIOR PREÇO**, de acordo com as disposições e demais elementos integrantes deste Edital, devendo os interessados apresentar os envelopes nº 01 (DOCUMENTAÇÃO) e nº 02 (PROPOSTA DE PREÇO), até às **14;00 horas do dia 06 de agosto de 2015**, no Gabinete de Compras, Licitações e Contratos, situada na Rua General Bacelar, nº 264 - Centro, nesta, onde se realizará a sessão de abertura dos invólucros.

1. OBJETO:

Esta licitação destina-se a receber propostas para Concessão Onerosa de Uso Comercial para instalação e exploração de uma lanchonete, visando à comercialização de lanches industrializados e bebidas, mediante as condições constantes neste Edital.

1.1.1. O espaço cujo uso será concedido tem uma área de 31,50m² e um sanitário de 2,55m² na Estação de Transbordo do Balneário Cassino, localizado no canteiro central da Av. Atlântica entre as ruas Antônio Caringe e Dom Pedrito

2. DA PARTICIPAÇÃO

2.1. Poderão participar da licitação pessoas jurídicas, que atenderem às exigências deste Edital.

2.2. Será vedada a participação de empresas na Licitação, quando:

2.2.1. Declaradas inidôneas por Ato do Poder Público.

2.2.2. Sob processo de Concordata ou Falência.

2.2.3. Impedidas de licitar, contratar, transacionar com a Administração Pública ou qualquer de seus órgãos descentralizados.

2.2.4. Enquadradas nas disposições do art. 9º, da Lei Federal Nº 8.666/93.



ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL
PREFEITURA MUNICIPAL DO RIO GRANDE
GABINETE DE COMPRAS, LICITAÇÕES E CONTRATOS.

2.2.5. Sejam constituídas em Cooperativas de trabalho, nos termos de compromisso de ajustamento de conduta celebrado entre o Ministério Público do Trabalho da 4ª Região e o Município de Rio Grande.

2.2.6. Que não explorem ramo de atividade compatível com o objeto desta licitação.

2.2.7. Cujos sócios, diretores ou responsáveis técnicos tenham vínculo empregatício com servidor do quadro ativo da Prefeitura Municipal do Rio Grande.

2.2.8. Que tenham em seu quadro societário, cônjuge, companheiros ou parente consanguíneo de até 2º grau com servidor do quadro ativo da Prefeitura Municipal do Rio Grande.

2.2.9. Empresas que possuam em seus quadros sócios, diretores responsáveis legais ou técnicos, membros de conselho técnico, consultivo, deliberativo ou administrativo, comuns aos quadros de outra empresa que esteja participando desta licitação.

3. DO RECEBIMENTO DE PROPOSTAS:

A DOCUMENTAÇÃO DE HABILITAÇÃO será apresentada em 01 (uma) via e a PROPOSTA também em 01 (uma) via original. Na data, hora e local indicados no aviso deste Edital, os interessados apresentarão os envelopes fechados e lacrados, na rua General Bacelar, nº 264 - Centro, nesta, com os seguintes dizeres:

PREFEITURA MUNICIPAL DO RIO GRANDE

EDITAL DE CONCORRÊNCIA Nº 006/2015

**CONCESSÃO ONEROSA DE USO COMERCIAL PARA INSTALAÇÃO E
EXPLORAÇÃO DE LANCHONETE**

ENVELOPE Nº 01 – DOCUMENTAÇÃO

PROPONENTE

PREFEITURA MUNICIPAL DO RIO GRANDE

EDITAL DE CONCORRÊNCIA Nº 006/2015

**CONCESSÃO ONEROSA DE USO COMERCIAL PARA INSTALAÇÃO E
EXPLORAÇÃO DE LANCHONETE**

ENVELOPE Nº 02 – PROPOSTA DE PREÇO

PROPONENTE

4. DA HABILITAÇÃO E DOCUMENTAÇÃO:

No envelope nº 01 (DOCUMENTAÇÃO), deverão constar os seguintes documentos:



ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL
PREFEITURA MUNICIPAL DO RIO GRANDE
GABINETE DE COMPRAS, LICITAÇÕES E CONTRATOS.

4.1. HABILITAÇÃO PESSOA JURÍDICA:

4.1.1. Registro Comercial no caso de empresa individual

4.1.2. Ato Constitutivo (estatuto ou contrato social em vigor) incluindo apenas o último aditivo ou aditivo consolidado, devidamente registrado, e no caso de sociedades por ações, acompanhado de documento de eleição de seus administradores

4.1.3. Decreto de autorização, em se tratando de empresa ou sociedade estrangeira em funcionamento no país, e ato ou autorização para funcionamento expedido por órgão competente, quando a atividade assim o exigir;

4.1.4. Inscrição do ato constitutivo acompanhada de prova de registro em ata de eleição da diretoria em exercício (Registro Civil de Pessoas Jurídicas).

4.2 Regularidade Fiscal e Trabalhista

4.2.1 – Prova de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica do Ministério da Fazenda - CNPJ;

4.2.2 - Prova de regularidade para com a Fazenda Municipal do domicílio ou sede do licitante, considerando-se que:

a) os licitantes com domicílio ou sede no Município do Rio Grande deverão apresentar Certidão Negativa de Débitos Fiscais expedida pela Secretaria de Municipal da Fazenda do Rio Grande;

b) os licitantes com domicílio ou sede localizado em outro Município deverão apresentar a prova de regularidade com a Fazenda Municipal do seu domicílio ou sede, através de Certidão (ões) Negativa (s) englobando todos os tributos (mobiliários e imobiliários);

4.2.3 - Prova de regularidade para com a Fazenda Estadual do domicílio ou sede do licitante.

4.2.4 - Prova de regularidade relativa à Seguridade Social (INSS), através da apresentação de Certidão Negativa de Débito (CND) expedida pelo Instituto Nacional da Seguridade Social ou Certidão Positiva com efeito de Negativa, se for o caso.

4.2.5- Prova de regularidade para com a Fazenda Federal, através de certidão negativa de débitos relativos a tributos federais e dívida ativa da União, expedida pela Procuradoria Geral da Fazenda Nacional e Receita Federal do Brasil.



ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL
PREFEITURA MUNICIPAL DO RIO GRANDE
GABINETE DE COMPRAS, LICITAÇÕES E CONTRATOS.

4.2.6 – Será aceito em substituição ao solicitado nos Itens 4.2.4. e 4.2.5 Certidão Conjunta de Débitos (Negativa ou Positiva com Efeitos de Negativa), expedida nos termos do Decreto Federal n.º 5.512/05 e da Portaria Conjunta PGFN/RFB n.º 1751, de 02/10/2014 que entrou em vigência em 03 de novembro de 2014 e abrange todos os créditos tributários federais administrados pela RFB e PGFN.

4.2.7 - Prova de regularidade relativa ao Fundo de Garantia por Tempo de Serviço (FGTS), através da apresentação do CRF - Certificado de Regularidade do FGTS, expedido pela Caixa Econômica Federal ou Certidão Positiva com efeito de Negativa, se for o caso.

4.2.8 - Apresentação da Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas – CNDT ou da Certidão Positiva de Débitos Trabalhistas com efeito de negativa, com validade de 180(cento e oitenta) dias contados da sua emissão.

4.3 Qualificação Técnica

4.3.1. O licitante deverá obrigatoriamente anexar à documentação de habilitação o ATESTADO DE VISITA, comprovando que pessoa devidamente identificada realizou as vistorias nas dependências da Sala Comercial, fornecido pela Secretaria de Município do Cassino.

4.3.2. A visita técnica deverá ser agendada com antecedência pelo telefone 53 32361300 / 32361435 ou diretamente no endereço Fernando Eduardo Freire, 412, Bairro Cassino

4.4 Qualificação Econômico - Financeira

4.4.1. Certidão Negativa de Falência ou Concordata expedida pelo distribuidor da Justiça do domicílio da sede do licitante em data não anterior a 90 (noventa) dias da data da entrega dos envelopes de documentação e proposta.

4.5. Declarações

4.5.1. Declaração elaborada em papel timbrado e subscrita pelo representante legal da licitante, assegurando a inexistência de impedimento legal para licitar ou contratar com a Administração, conforme anexo V.

4.5.2 Declaração, para fins do disposto no inciso XXXIII do art. 7º da Constituição Federal, de 5 de outubro de 1988, e no inciso V do art. 27 da Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1983, acrescido pela Lei nº 9.854, de 27 de outubro de 1999, que não possui em seu quadro de pessoal



ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL
PREFEITURA MUNICIPAL DO RIO GRANDE
GABINETE DE COMPRAS, LICITAÇÕES E CONTRATOS.

empregado(s) com menos de 18 (dezoito) anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre, e em qualquer trabalho menores de 16 (dezesseis) anos, salvo na condição de aprendiz a partir de 14 (quatorze) anos – Modelo Anexo VII

4.6. Os documentos necessários à habilitação, em uma única via, poderão ser apresentados das seguintes maneiras: em original, por qualquer processo de cópia autenticada, por cartório competente, pelo (a) Pregoeiro (a), por membro da Comissão, ou publicação em órgão da imprensa oficial.

4.6.1. É vedada a apresentação de documentos através de cópia produzida via fax ou cópia ilegível. Os documentos que forem emitidos via Internet terão sua autenticidade verificada nos respectivos sites.

4.7. Os documentos que não tiverem prazo de validade estabelecido pelo órgão expedidor somente serão válidos desde que tenham sido expedidos, no máximo, dentro dos 60 (sessenta) dias anteriores à data fixada para o recebimento dos envelopes, deste Edital.

4.8. Será inabilitado o licitante que deixar de apresentar quaisquer documentos exigidos ou apresentá-los em desacordo com as exigências deste Edital.

5. DA PROPOSTA:

5.1. A proposta deverá obedecer, rigorosamente, os termos deste edital, não sendo considerada aquela referência à proposta de outro proponente, ou referência a atividades não especificadas neste edital.

5.2. As propostas serão válidas por 60 (sessenta) dias, a contar do seu recebimento.

5.3. Não serão considerados os itens das propostas que contiverem entrelinhas, emendas, rasuras ou borrões, não ressalvados.

5.4. Não serão admitidos cancelamentos, retificações de preços e alterações, nas condições estabelecidas, uma vez abertas as propostas.

5.5. Deverá constar da proposta o valor para a Concessão Onerosa de uso comercial para instalação e exploração de uma lanchonete, visando a comercialização de lanches industrializados e bebidas na Estação de Transbordo do Balneário Cassino, localizado no canteiro central da Av. Atlântica entre as ruas Antônio Caringe e Dom Pedrito, objeto deste edital.



ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL
PREFEITURA MUNICIPAL DO RIO GRANDE
GABINETE DE COMPRAS, LICITAÇÕES E CONTRATOS.

5.6. A Proposta deverá ser assinada pelo representante legal da Empresa.

5.7. O proponente deverá comprometer-se a utilizar o espaço físico na Estação de Transbordo do Balneário Cassino, localizado no canteiro central da Av. Atlântica entre as ruas Antônio Caringe e Dom Pedrito, com fins específicos de lanchonete.

6. DO REAJUSTE

6.1. O valor da Concessão será ajustado a cada 12 meses, pelo índice do IGPM ou outro que o substituir.

7. DAS OBRIGAÇÕES

7.1. Todas as taxas e despesas decorrentes da instalação, uso e manutenção do bem imóvel concedido, bem como, os tributos municipais, estaduais e federais incidentes, correrão por conta do proponente vencedor.

7.2. O proponente vencedor deverá entregar o imóvel ao fim do período de contrato nas mesmas condições de uso e conservação que se encontrava quando do recebimento das obras da reforma do prédio.

8. DO RECEBIMENTO, DA ABERTURA, DO JULGAMENTO E DA HOMOLOGAÇÃO:

8.1. O julgamento será realizado pela Comissão Julgadora, levando em conta o atendimento obrigatório de todas as exigências deste Edital e o melhor preço ofertado.

8.2. Caberá também a Comissão Julgadora:

8.2.1. Receber os envelopes de “Documentação e Proposta” na forma estabelecida neste Edital;

8.2.2. Proceder a abertura dos envelopes contendo a “Documentação”, que será rubricada por todos os presentes.

8.2.3. Examinar a documentação, nos termos deste Edital, rejeitando a apresentada de maneira deficiente ou incompleta. Neste caso, o envelope nº 02 “Proposta”, fechado e rubricado por todos os presentes, será devolvido ao proponente, após examinados os prazos previstos no art. 105 da Lei 8.666/93.



ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL
PREFEITURA MUNICIPAL DO RIO GRANDE
GABINETE DE COMPRAS, LICITAÇÕES E CONTRATOS.

8.2.4. Uma vez abertos os envelopes de “Documentação”, após terem sido julgados habilitados ou rejeitados os proponentes, na mesma sessão pública ou em sessão subsequente a ser designada, a Comissão Julgadora procederá a abertura dos envelopes contendo as propostas dos proponentes habilitados, determinando que sejam lidas e rubricadas pelos presentes. Os envelopes contendo as propostas dos concorrentes inabilitados permanecerão fechados e, rubricados, serão devolvidos na forma do item 7.2.3. deste Edital.

8.2.5. Lavrar atas circunstanciais das sessões da licitação, que serão assinadas pelos membros da Comissão Julgadora e por todos os licitantes presentes, independentemente de terem ou não sido julgados habilitados.

8.2.6. No término dos seus trabalhos, a Comissão Julgadora elaborará o relatório final, concluindo, formal e explicitamente, com a recomendação dos proponentes vencedores, assim considerados aqueles que tiverem apresentado as propostas mais vantajosas para o Município, podendo, ainda, quando julgar conveniente, propor a revogação ou anulação da concorrência, justificando a proposição.

8.2.7. A Comissão Julgadora, em qualquer fase da licitação, poderá promover diligência, visando esclarecer ou completar a instrução do processo.

8.2.8. No caso de absoluta igualdade de condições entre 02 (duas) ou mais propostas, a Comissão Julgadora adotará como critério de desempate o sorteio, na forma determinada por ela.

8.2.9. Não se considerará qualquer oferta de vantagem não prevista neste Edital, baseada nas ofertas dos demais licitantes.

8.2.10. Os invólucros, na forma deste Edital, serão recebidos até às 13;30 horas do dia 06 de agosto de 2015, na Rua General Bacelar, n° 264 - Centro, nesta, sendo que após este horário não serão mais aceitos em hipótese alguma.

8.2.11. No local e hora estabelecidos no preâmbulo deste Edital se fará a abertura das propostas.

8.2.12. A Comissão Julgadora da Licitação efetuará a classificação das propostas, procederá o respectivo julgamento e recomendará vencedora aquele que OFERTAR O MAIOR PREÇO, encaminhando o processo à autoridade competente para adjudicar e homologar o certame, a seu critério, e convocar a adjudicatária para a assinatura do contrato.

9. DOS PRAZOS



ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL
PREFEITURA MUNICIPAL DO RIO GRANDE
GABINETE DE COMPRAS, LICITAÇÕES E CONTRATOS.

9.1. O prazo de vigência do contrato decorrente desta licitação será de 05 (cinco) anos, sem prorrogação, contados a partir da assinatura do Contrato.

9.2. A Adjudicatária será convocada para, no prazo de 10 (dez) dias corridos, contados da data de recebimento da convocação assinar o Termo de Contrato.

9.3. Havendo recusa da adjudicatária em assinar o contrato no prazo estabelecido, é facultado a Administração convocar as Licitantes remanescentes, respeitada a ordem de classificação, para fazê-lo em igual prazo e condições.

9.4. O prazo de pagamento da Concessão mensal será até o quinto dia útil do mês subsequente ao vencido.

10. RECURSOS

10.1. Em todas as fases da presente licitação, serão observadas as normas previstas pelo art. 109 da Lei 8.666/93.

11. DO CONTRATO

11.1. Após esgotados todos os prazos para recurso, a Administração convocará o vencedor para celebrar o contrato no prazo de 10 (dez) dias.

11.2. Se, dentro do prazo, o convocado não assinar o Contrato, a Administração poderá convocar os licitantes remanescentes, na ordem de classificação, para a assinatura do contrato em igual prazo e condições impostas ao 1º classificado, ou então, revogar a licitação, sem prejuízo da aplicação das penalidades previstas pelo art. 86 da Lei 8.666/93.

12. DISPOSIÇÕES GERAIS:

12.1. A Concessão de Uso a título oneroso do bem imóvel será pelo prazo de 05 (cinco) anos.

12.2. Obrigar-se-á a vencedora da licitação a manter seguro total do imóvel objeto do contrato em anexo, no valor de R\$ 30.000,00 (trinta mil reais).

12.3. Qualquer benfeitoria ou alteração que a Contratada pretenda fazer no bem imóvel deverá obter a aprovação prévia do Município, sendo que as benfeitorias realizadas integrarão o Patrimônio do Município após o término do Contrato.



ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL
PREFEITURA MUNICIPAL DO RIO GRANDE
GABINETE DE COMPRAS, LICITAÇÕES E CONTRATOS.

12.4. A inabilitação do licitante em qualquer das fases do procedimento licitatório importa preclusão do seu direito de participar das fases subsequentes.

12.5. Qualquer cessão, sublocação ou transferência feita, que não satisfizer o cumprimento das atividades indicadas no objeto deste Edital, será nula de pleno direito e sem qualquer efeito além de constituir infração passiva das cominações legais e contratuais cabíveis.

12.6. Não serão consideradas as propostas que deixarem de atender quaisquer das disposições deste Edital.

12.7. Não serão admitidas, por qualquer motivo, modificação ou substituição das propostas ou qualquer outro documento.

12.8. Os documentos retirados dos envelopes, para o julgamento da habilitação, serão rubricados pela Comissão Julgadora e pelos representantes ou procuradores dos licitantes. O procedimento será repetido quando da abertura das propostas.

12.9. Só terão o direito de usar a palavra, rubricar as propostas, apresentar reclamações ou recursos e assinar atas, os licitantes ou seus representantes credenciados e os membros da Comissão Julgadora.

12.10. Uma vez iniciada a abertura dos envelopes relativos à “Documentação”, não serão admitidos à licitação os concorrentes retardatários.

12.11. Em caso de descumprimento das cláusulas e condições contratuais, a Administração poderá aplicar ao Contratado a multa de 20% (vinte por cento) do valor do contrato e a impossibilidade de contratar com a Administração Municipal, pelo período de 02 (dois) anos.

12.12. O atraso de três prestações consecutivas implicará na rescisão automática do contrato.

12.13. No contrato a ser assinado com o vencedor da presente licitação deverá constar, obrigatoriamente, as hipóteses de rescisão previstas pelo art. 78 da Lei 8.666/93 e demais termos da minuta de contrato anexa.

12.8 - Os interessados poderão solicitar cópia deste instrumento convocatório, no Gabinete de Compras, Licitações e Contratos, sito à Rua General Bacelar 264, 2º Andar, nº 264, nesta cidade, devendo apresentar cópia do Certificado de Registro Cadastral emitido por órgão ou entidade da Administração ou a documentação de habilitação jurídica da empresa.



ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL
PREFEITURA MUNICIPAL DO RIO GRANDE
GABINETE DE COMPRAS, LICITAÇÕES E CONTRATOS.

12.9 – Os interessados poderão acessar este edital, no Portal da Prefeitura do Rio Grande, através do endereço eletrônico www.riogrande.rs.gov.br – Editais e Licitações.

12.10 - Os casos omissos neste edital serão resolvidos nos termos da Lei nº 8.666 de 21.06.1993.

12.11 - O Foro para dirimir questões relativas ao presente Edital será o da Comarca de Rio Grande, com exclusão de qualquer outro.

Rio Grande, 24 de junho de 2015.

Ademir Giambastiani Casartelli
Gabinete de Compras, Licitações e Contratos.